

## **GÊNERO, EXCLUSÃO E APRENDIZAGEM: OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Suzana Ramos Vieira Francini<sup>1</sup>

Jonatha Costa Duarte da Silva<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo discute as dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental, com ênfase nos impactos do preconceito de gênero no processo educacional de crianças em idade escolar. Com base nas contribuições de Vygotsky, entende-se que a aprendizagem é um processo mediado pela interação social e que o desenvolvimento cognitivo ocorre de forma gradativa, a partir das experiências vividas pelo indivíduo em seu contexto sociocultural. No entanto, muitos alunos enfrentam barreiras significativas quando o ambiente escolar se mostra hostil, especialmente em razão de atitudes discriminatórias relacionadas à identidade de gênero. O preconceito de gênero, manifestado por meio de ofensas, exclusões e piadas, pode gerar traumas, desmotivação e comprometimento emocional, afetando diretamente o rendimento e a permanência escolar dos estudantes. A escola, como espaço de socialização e formação, assume um papel essencial no combate à discriminação e na promoção de um ambiente inclusivo e respeitoso. Isso implica não apenas o acolhimento dos alunos, mas também a formação crítica dos profissionais da educação, que devem estar preparados para intervir diante de situações de preconceito. A partir de vivências práticas no contexto da educação pública, este trabalho reforça a importância de políticas educacionais que contemplam a diversidade de gênero e favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes. Assim, promover uma escola democrática, que valorize a autoestima, a empatia e o respeito às diferenças, é fundamental para garantir o direito à aprendizagem e o pleno exercício da cidadania de todos os alunos.

Palavras-chave: Aprendizagem; Preconceito de gênero; Inclusão escola

### **Abstract**

This article discusses learning difficulties in Elementary Education, with an emphasis on the impacts of gender prejudice on the educational process of school-aged children. Based on the contributions of Vygotsky, learning is understood as a process mediated by social interaction, and cognitive development occurs gradually, through the experiences lived by the individual within their sociocultural context. However, many students face significant barriers when the school environment proves to be hostile, especially due to discriminatory attitudes related to gender identity. Gender prejudice, expressed through insults, exclusion, and jokes, can cause trauma, demotivation, and emotional distress, directly affecting students' academic performance and school retention. The school, as a space for socialization and development, plays a crucial role in combating discrimination and promoting an inclusive and respectful environment. This involves not only welcoming students but also critically training education professionals, who must be prepared to intervene in situations of prejudice. Drawing from practical experiences within the context of public education, this work reinforces the importance of educational policies that address gender diversity and support the holistic development of students. Thus, promoting a democratic school that values self-esteem, empathy, and respect for differences is essential to ensure the right to learn and the full exercise of citizenship for all students.

Keyword: Learning; Gender prejudice; School inclusion

<sup>1</sup> Centro Universitário Carioca/Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

## Introdução

O preconceito de gênero é uma forma de discriminação que impacta profundamente diversas áreas da vida, especialmente na educação. Ele se manifesta por meio de estereótipos e normas sociais que alimentam desigualdades. Apesar dos avanços recentes no combate a esse tipo de preconceito, ele ainda afeta homens e mulheres em diferentes contextos, inclusive no ambiente de trabalho.

A sociedade impõe padrões que tolhem a liberdade individual, exigindo que as pessoas se moldem para agradar aos outros, o que pode gerar sofrimento, tristeza e até violência. Nas escolas, esse problema é ainda mais grave, pois atinge indivíduos que, muitas vezes, não sabem como se defender, tornando-se alvos fáceis e emocionalmente fragilizados. Referências como Louro (2000) ajudam a compreender como o poder simbólico e as desigualdades sociais sustentam essas redes de dominação, destacando a urgência de transformar essas estruturas.

Segundo Saffioti (2004), a violência de gênero é um fenômeno que atravessa todas as camadas da sociedade, sem distinção de classe social, cor, idade, nacionalidade ou religião, o que a torna um fenômeno democrático, como as pessoas de classe, raça/etnia e gênero, estão sujeitas a múltiplas formas de violência. No entanto, reconhece-se que pessoas das classes populares, que enfrentam condições de vida mais vulneráveis e negras, alvo de diversas manifestações de racismo, são ainda mais expostas a essas violências. É importante destacar que o termo "violência de gênero" não se refere exclusivamente à agressão de homens contra mulheres; ela também pode se manifestar de mulheres contra homens, assim como entre pessoas do mesmo gênero, sejam homens ou mulheres.

Sabe-se que o processo de desenvolvimento e aprendizagem constitui uma das fases mais significativas da vida da criança. É nesse momento que ela começa a construir sua identidade, ampliar sua compreensão do mundo e desenvolver competências cognitivas, emocionais e sociais fundamentais para seu percurso escolar e para a vida em sociedade. O ingresso na escola representa um marco nesse processo, pois é nesse espaço que a criança passa a se relacionar com diferentes pessoas, a lidar com regras coletivas e a entrar

em contato com conhecimentos sistematizados, ampliando suas possibilidades de aprendizado.

A aprendizagem e o desenvolvimento, segundo Lev Vygotsky (1998), são processos indissociáveis e complementares. Para o autor, o desenvolvimento não precede a aprendizagem; ao contrário, é por meio da aprendizagem especialmente aquela mediada por interações sociais que o desenvolvimento se realiza. A chamada “zona de desenvolvimento proximal” proposta por Vygotsky evidencia que a criança é capaz de alcançar níveis mais complexos de compreensão e realização quando apoiada por um mediador mais experiente, seja um adulto, um professor ou um colega. Nesse sentido, a interação entre o sujeito e o meio social é imprescindível, pois é através dessa vivência compartilhada que se constroem os significados e os saberes que impulsionam a aprendizagem.

Para que o indivíduo possa aprender de forma significativa, é essencial que ele interaja com o meio no qual está inserido. Essa interação vai muito além da exposição a conteúdos escolares: envolve a escuta, o afeto, a valorização da cultura de origem da criança, a linguagem e o respeito às suas singularidades. As experiências vividas em casa, na comunidade e na escola influenciam diretamente sua relação com o saber e seu processo de desenvolvimento, que ocorre de maneira gradativa e respeitando o tempo e a trajetória de cada sujeito.

Quando falamos em dificuldades de aprendizagem, estamos lidando com um fenômeno complexo e multifatorial, que não pode ser reduzido a uma simples falta de atenção ou de esforço por parte do aluno. Segundo Francini (2023), muitas dessas dificuldades são construídas socialmente por práticas pedagógicas inflexíveis, metodologias arcaicas e pela ausência de adaptações curriculares adequadas. Ao estudar o ensino da Matemática para alunos com deficiência intelectual, a autora evidenciou que a repetição exaustiva de exercícios descontextualizados, aliados à negligência quanto ao uso de recursos adequados, contribuem diretamente para o insucesso escolar. A criança, em muitos casos, não fracassa por não ser capaz de aprender, mas sim por não receber oportunidades que respeitem seu ritmo, sua linguagem e suas especificidades.

Meninos e meninas que não se enquadram nas normas tradicionais de comportamento de gênero frequentemente são alvos de discriminação e

exclusão no ambiente escolar. Como aponta Francini (2023), a exclusão educacional não se manifesta apenas por barreiras físicas ou cognitivas, mas também por bloqueios afetivos e sociais causados por experiências negativas, entre elas o preconceito. Crianças que enfrentam rejeição seja por sua identidade de gênero, seja por dificuldades cognitivas vivenciam traumas que silenciam seu potencial. Ao analisar o percurso escolar de estudantes com deficiência intelectual, a autora observou que o preconceito e a estigmatização contribuem para a evasão e a baixa autoestima, impactando diretamente o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, conforme proposto por Vygotsky.

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, garantir a promoção da equidade por meio da formação crítica dos educadores. Como enfatiza Francini (2023), não se trata apenas de oferecer formação técnica, mas de desenvolver nos docentes a capacidade de acolher, adaptar, criar e mediar aprendizagens. A autora argumenta que muitos profissionais ainda carecem de preparo para lidar com a diversidade — inclusive a de gênero. A falta de apoio institucional e a sobrecarga emocional dos professores foram destacadas em sua pesquisa como entraves significativos para a construção de práticas verdadeiramente inclusivas. Assim, a formação docente deve ser contínua, reflexiva e comprometida com a transformação da escola em um espaço democrático e respeitoso.

## Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, ancorada em referenciais da pedagogia crítica e da teoria sociocultural de Vygotsky. O estudo foi construído a partir de dois eixos metodológicos principais: a análise bibliográfica e a reflexão sobre experiências profissionais vivenciadas no contexto da educação pública, especialmente em escolas que atendem estudantes com deficiência intelectual e sujeitos que enfrentam preconceito relacionado à identidade de gênero.

A análise bibliográfica envolveu obras fundamentais sobre gênero, aprendizagem e inclusão, com destaque para autores como Louro (2000), Saffioti (2004), Vygotsky (1998) e Francini (2023). Esses referenciais permitiram

compreender como estruturas simbólicas, práticas pedagógicas e representações sociais influenciam diretamente o desempenho escolar e o desenvolvimento emocional de crianças em idade escolar.

A reflexão crítica sobre a prática docente e a atuação na coordenação pedagógica também se configurou como fonte essencial de dados, permitindo uma leitura sensível das dinâmicas escolares que reforçam (ou rompem) estigmas e exclusões. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que valoriza o lugar da experiência como elemento legítimo de produção de conhecimento, em diálogo com a literatura acadêmica.

Além disso, foram considerados documentos legais e normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), que orientam políticas públicas voltadas à educação inclusiva e à valorização da diversidade. A metodologia aqui adotada não visa a generalizações estatísticas, mas a compreensão aprofundada de um fenômeno complexo e multifacetado, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais equitativas, democráticas e sensíveis às diferenças.

### **A Escola, o Preconceito de Gênero e os Desafios da Formação Docente**

O preconceito de gênero frequentemente se manifesta por meio de piadas, xingamentos, gestos e palavras ofensivas, que, muitas vezes, deixam marcas emocionais profundas e difíceis de serem superadas. Esses comportamentos, aparentemente “naturais” ou “brincadeiras” para muitos, acabam por alimentar um ambiente hostil que corrói, silenciosamente, a autoestima dos estudantes e compromete seu desenvolvimento emocional e acadêmico. Quando esse tipo de violência simbólica se repete cotidianamente, o aluno tende a se retrair, apresentar sinais de ansiedade, baixa participação em sala de aula, desinteresse pelas atividades escolares e, em muitos casos, evasão ou reprovação.

A situação torna-se ainda mais crítica quando os estudantes começam a se identificar como gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros ou pessoas não binárias. Nesses casos, a aversão por parte de colegas, e até mesmo de alguns educadores, pode ser explícita. A exclusão se dá de diversas formas: desde o isolamento social e o bullying até a negação da identidade de gênero e do nome social. Ao invés de serem acolhidos em sua singularidade, esses alunos são

marginalizados, culpabilizados por serem “diferentes” e privados do direito de aprender em um ambiente seguro e respeitoso. Muitos colegas, e até profissionais da educação, ainda carecem de formação para compreender a diversidade humana e os efeitos devastadores de suas ações ou omissões sobre a saúde mental e o percurso educacional desses indivíduos.

Diante do contexto social brasileiro, é fundamental reconhecer a importância de inserir, cada vez mais, o debate sobre os papéis de gênero no espaço educacional. Essa discussão é essencial para questionar e refletir sobre um conjunto de comportamentos, atitudes, expectativas, valores e estereótipos historicamente atribuídos a homens e mulheres na sociedade contemporânea. Abordar a violência de gênero no ambiente escolar torna-se, portanto, uma ação urgente e pertinente, pois contribui para a formação de uma postura crítica por parte dos (as) estudantes frente à naturalização e banalização das diversas formas de violência. Tal abordagem está em consonância com a concepção de educação integral defendida por Tonet (2006), que enfatiza a importância de desenvolver a criticidade, a criatividade e a participação ativa dos sujeitos no processo educativo.

Considera-se que a educação deve formar (...) indivíduos capazes de pensar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta (2006, p. 15).

Nesse cenário, torna-se essencial incentivar os(as) jovens a refletirem de forma crítica, de modo que possam compreender as dimensões éticas e políticas envolvidas nas distintas perspectivas sobre o tema. O objetivo é que desenvolvam argumentos próprios e formem uma opinião consciente e fundamentada no debate.

“...busca-se contribuir (...) com a escola em sua missão de formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações. Pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos/as à cidadania e compreender que, dentro dos limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política (Carra, 2009, 16)”

A desigualdade de gênero é, infelizmente, um fenômeno social que permeia todos os espaços da vida em sociedade. No entanto, é no ambiente escolar espaço de convivência diária, obrigatória e intensa que ela tende a se manifestar com ainda mais força, visto que a escola não está isenta das influências sociais, culturais e estruturais que mantêm a discriminação de gênero. Sendo a escola uma instituição fundamental na formação da identidade e no fortalecimento do senso de pertencimento, ela assume papel determinante na trajetória educacional e emocional dos alunos. Um ambiente escolar que ignora ou naturaliza o preconceito contribui não apenas para o fracasso escolar, mas também para a exclusão social de seus sujeitos.

Nesse sentido, o papel da escola é de extrema importância. Cabe à instituição educacional discutir e trabalhar essas temáticas de forma clara, contínua e comprometida com a construção de uma cultura de paz e respeito. Essas discussões devem envolver não apenas os alunos, mas toda a comunidade escolar, com destaque para os profissionais da educação, que precisam estar preparados para lidar com situações de preconceito e discriminação com empatia, assertividade e conhecimento técnico.

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (Brasil, 2017, p.19).

Como enfatiza Francini (2023), não se trata apenas de oferecer formação técnica, mas de desenvolver nos docentes a capacidade de acolher, adaptar, criar e mediar aprendizagens. A autora argumenta que muitos profissionais ainda carecem de preparo para lidar com a diversidade inclusive a de gênero e com os desafios impostos por alunos com deficiência intelectual. A falta de apoio institucional e a sobrecarga emocional dos professores foram destacadas em sua pesquisa como entraves significativos para a construção de práticas verdadeiramente inclusivas. Assim, a formação docente deve ser contínua, reflexiva e comprometida com a transformação da escola em um espaço democrático e respeitoso.

Mais do que intervenções pontuais diante de situações de preconceito ou conflito, a escola precisa desenvolver ações educativas permanentes e estruturadas, capazes de promover uma cultura de equidade, respeito e valorização das diferenças. Para isso, é fundamental que temas como identidade de gênero, diversidade sexual, direitos humanos e justiça social sejam abordados de maneira transversal nos projetos político-pedagógicos e nas práticas docentes cotidianas. Conforme propõe a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 19), é necessário integrar essas temáticas ao currículo de forma crítica e contextualizada, conectando o conteúdo escolar às realidades vividas pelos estudantes e contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, empáticos e socialmente comprometidos.

Uma escola comprometida com a transformação social precisa investir na formação inicial e continuada de seus docentes, promovendo espaços de escuta, reflexão crítica e produção coletiva de conhecimento. É por meio dessa formação que os professores se tornam mais preparados para compreender as múltiplas dimensões da exclusão, enfrentá-las pedagogicamente e transformar a sala de aula em um ambiente acolhedor, inclusivo e propício à aprendizagem de todos.

As afirmações aqui apresentadas não partem apenas de uma análise teórica, mas são sustentadas por vivências e experiências práticas em escolas públicas, construídas ao longo de anos de atuação docente. Esse conhecimento experencial permite reconhecer os desafios reais enfrentados pelos profissionais da educação e, ao mesmo tempo, aponta caminhos possíveis para uma prática pedagógica mais humana e inclusiva. Dessa forma, este relato oferece uma visão comprometida com a construção de uma educação que valoriza a diversidade, combate o preconceito e contribui de maneira decisiva para a promoção da autoestima, da dignidade e do pleno desenvolvimento dos estudantes.

## **Desenvolvimento e Aprendizagem: A Influência do Meio e os Primeiros Obstáculos**

O desenvolvimento humano e a aprendizagem escolar são processos interdependentes, influenciados não apenas por fatores biológicos, mas principalmente pelas interações sociais, emocionais e culturais que a criança vivencia desde seus primeiros anos de vida. Autores contemporâneos como Tiba

(2021) reafirma que a aprendizagem é afetada pelo ambiente, pelas experiências emocionais e pela qualidade das relações estabelecidas com os pares e adultos.

Muitas dificuldades de aprendizagem diagnosticadas na escola não são, de fato, naturais ou intrínsecas ao aluno, mas sim construídas a partir de bloqueios afetivos, inseguranças e traumas gerados por experiências negativas no entorno social. Conforme explicam Luckesi (2018) e Libâneo (2019), o fracasso escolar, muitas vezes, está relacionado à desvalorização das diferenças, à ausência de práticas pedagógicas inclusivas e à rigidez de metodologias que não respeitam o tempo e a singularidade de cada estudante.

As interações que negam a identidade da criança, especialmente quando associadas a preconceitos como o de gênero geram sentimentos de inadequação, medo, vergonha e ansiedade, que acabam por interferir diretamente na aprendizagem. Esses bloqueios emocionais, muitas vezes invisíveis, silenciam o potencial de inúmeros estudantes, dificultando sua participação e sua permanência no espaço escolar.

Portanto, é urgente que a escola assuma um papel crítico e acolhedor, identificando não apenas as dificuldades apresentadas, mas, principalmente, suas causas sociais, históricas e emocionais. A escuta sensível, a mediação qualificada e a valorização da diversidade são caminhos para romper os ciclos de exclusão e promover uma aprendizagem verdadeiramente significativa e libertadora.

## Conclusão

Diante das reflexões apresentadas, é possível afirmar que as dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental não se resumem a questões pedagógicas, mas estão profundamente entrelaçadas com fatores sociais, emocionais e culturais, como o preconceito de gênero. A exclusão, o bullying e a desvalorização de identidades diversas comprometem não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também a saúde emocional e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Nesse cenário, é imprescindível que a escola assuma seu papel como agente de transformação social, promovendo uma educação pautada no respeito, na equidade e na valorização da diversidade. Como solução, propõe-se a implementação de programas permanentes de formação continuada para

os profissionais da educação, abordando temáticas como gênero, diversidade, direitos humanos e inclusão. Além disso, é essencial que o currículo escolar conte com essas questões de maneira transversal, integrando-as às disciplinas de forma crítica e reflexiva.

Outra medida importante é o fortalecimento de práticas pedagógicas que promovam o diálogo, a empatia e o protagonismo estudantil, criando um ambiente seguro e acolhedor para todos. A escuta ativa dos alunos, o envolvimento das famílias e a articulação com a comunidade também se mostram fundamentais para enfrentar o preconceito e garantir o direito de aprender com dignidade.

Somente com uma ação conjunta e comprometida será possível construir uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de respeitar as singularidades e potencializar as capacidades de cada criança, favorecendo seu pleno desenvolvimento e o exercício de sua cidadania.

## Referências

- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. A Educação é a Base. Brasília, D.F, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)
- CARRARA, Sérgio. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais: livro de conteúdos. Brasília: MEC, 2009.
- \_\_\_\_\_. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004
- FRANCINI, Suzana Ramos Vieira. As tecnologias assistivas no campo da matemática para alunos com deficiência intelectual. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) – Centro Universitário UniCarioca, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1ikq8e2asgZmHu3fJyLNK0NWifW\\_MmHj/view](https://drive.google.com/file/d/1ikq8e2asgZmHu3fJyLNK0NWifW_MmHj/view). Acesso: 26/04/2025
- LIBÂNEO, J. C. (2019). Didática. (2a ed.), Editora Cortez.

- LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Corpo, escola e identidade”. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, p. 59-76, jul./dez. 2000.
- LUCKESI, C. C. (2018). Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. (22a ed.), Cortez.
- TIBA, I. *Disciplina, limite na medida certa*. - 1<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Editora Gente, 2021.
- TORNET, Ivo. Educação e formação humana. In: *Revista UNIOESTE*. Foz do Iguaçu, v. 8, n. 9, 2006.
- SAFFIOTI, Heleith; ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero – Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. SAFFIOTI, Heleith. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Gênero patriarcado violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.